

A (RE) CONSTRUÇÃO DE CASTELO VELHO

THE (RE)BUILDING OF CASTELO VELHO

Mariana P. L. Pereira^{1*}

Estudante na Universidade de Cambridge

RESUMO

Este artigo procura delinear as principais linhas de pensamento que teorizaram e deram forma a Castelo Velho de Freixo de Numão. Através da análise de catorze trabalhos académicos, explora-se como o sítio arqueológico derivou de um processo dialéctico, entre os investigadores que lhe dirigiram as suas questões, interesses e perspectivas, e as materialidades e espaços que foram dando forma ao sítio. O caminho narrativo parte da reflexão sobre o charme da ruína, passa pela analogia do vaso e pela coreografia do fragmento, para ir de encontro ao arqueólogo “re-construtor”. A questão subjacente ao artigo é: de que forma a idealização de Castelo Velho se alterou nas narrativas dos arqueólogos?

PALAVRAS-CHAVE: interpretação, processo dialéctico, Castelo Velho, ruína.

SUMMARY

This article attempts to outline the main lines of thought that theorized and gave shape to Castelo Velho de Freixo de Numão. From the analysis of fourteen academic theses, we will explore how the archaeological site derived from a dialectic process, between, on the one hand, the researchers, their perspectives, interests and the questions they raised; and, on the other hand, the materialities and spaces that have given shape to the site. The narrative begins with a reflection on the charm of the ruin, then going through the vase analogy and fragment choreography, to finally meet the archaeologist,

^{1*} mariana_pereira@msn.com

the one who “re-builds”. The question that guides this article is: in which ways has the idealization of Castelo Velho changed in the narratives of the archaeologists?

KEY-WORDS: interpretation, dialectic process, Castelo Velho, ruin.

I -INTRODUÇÃO²

“... Na verdade, nós não descobrimos sítios arqueológicos – nós, na prática, com as nossas observações e restauros, construímos esses sítios ...”
(Jorge, V., 2003: 22)

Escrever sobre Castelo Velho deriva da experiência do diferente – o sublime! É o efeito que o sítio arqueológico exerce em nós enquanto presença enigmática do que julgamos ser o passado e da consequente vontade de o perceber, conhecer e idealizar. Castelo Velho é um sítio arqueológico localizado em Freixo de Numão, na Vila Nova de Fôz Coa, Distrito da Guarda. O reconhecimento de Castelo Velho como objecto de estudo da Arqueologia advém de uma construção ideológica contemporânea que categoriza certos elementos como representações de uma temporalidade passada (Oosterbeek, 2005: 40). Castelo Velho resulta da percepção e da relação pessoal, e mesmo íntima, que os arqueológicos estabelecem com ele. O presente texto procura captar este encontro, apresentado as mudanças de um Castelo Velho escrito, interpretado e construído ao longo de catorze trabalhos, entre Seminários de Projecto, Teses de Mestrado e uma Tese de Doutoramento, datados de 1993 a 2009. A questão subjacente à análise que aqui se faz é a seguinte: de que forma a idealização de Castelo Velho se alterou nas narrativas dos arqueólogos?

Através das narrativas, espelham-se as linhas de pensamento arqueológico que moldaram Castelo Velho, mas que, como veremos, se foram modificando

² A resenha que se segue data de 2011, assumindo-se como um projecto de uma outra temporalidade, de uma altura em que pouca experiência tinha eu de trabalho de campo. Decidi respeitar a configuração geral do texto, e a sua essência, mantendo também o seu Português pré-acordo ortográfico.

à medida que a postura dos próprios investigadores se alterou. Os trabalhos são apresentados segundo uma ordem cronológica, pois esta sequência transpõe a mudança na postura dos arqueólogos e nas narrativas de Castelo Velho. Em paralelo, explora-se o diálogo, e por vezes a tensão e o descompasso, entre as abordagens dos vários investigadores e a teorização de Susana S. Lopes (referenciada como Jorge, S.O), investigadora que dirigiu o estudo de Castelo Velho e orientou os trabalhos que serão aqui mencionados.

Na primeira parte, explora-se a escolha de identificar Castelo Velho como uma ruína, fazendo-se menção ao acto de escavar e ao actor que escava, o arqueólogo. Parte-se, de seguida, para a segunda parte do trabalho, composto pela análise das várias teses. Devo clarificar a minha posição aquando da escrita desta resenha, por me ter deparado com um Castelo Velho já escavado, patrimonializado e abraçado por passadiços de madeira. Tomo esta realidade como ponto de partida, por nunca ter participado nas suas campanhas de escavação, nem no estudo das suas (i)materialidades.

Partimos, assim, ao encontro de um Castelo Velho (des)conhecido.

II - O CHARME DA RUÍNA

Para abordar Castelo Velho, decidi conceptualizá-lo como “ruína arqueológica”. Já Lacroix (2008) comentara que a investigação e interpretação em Arqueologia resultam da tentativa de nos organizarmos face às ruínas do passado. Remetemo-nos, aqui, para o carácter dual da ruína como sítio arqueológico e como património, duas formulações distintas, mas complementares. A ruína de Castelo Velho é um elemento contemporâneo que possui uma forma e integridade física reconhecidas como património. Esta noção resulta de um processo de negociação sociocultural, no qual se atribuí significado aos vestígios do passado (Smith, 2006) – o interesse está no passado enquanto presente. Um resultado desta abordagem é, por exemplo, o acto de musealizar.

O Castelo Velho que hoje vemos, musealizado, é um simulacrum³, segundo Pearson e Shanks (2005: 92), uma imagem suspensa que simula

³ Como os autores declararam, “...These preserved monuments are simulacra of ruins (simulacrum - an exact copy of an original that never existed) ...” (Pearson, Shanks, 2005: 92).

um passado que nunca existiu, mas que é valorizado por resistir, de forma artificial, à irreversibilidade do tempo e por materializar uma narrativa sobre o passado, escolhida entre outras idealizações que se perderam ou se puseram de lado (Jorge, V. em Guillaume, [1980] 2003: 25; Guillaume, [1980] 2003: 55; Lucas, 2005: 130). Este charme da ruína, termo empregue por Simmel (1958: 384), é o que leva à valorização de certas materializações como ruínas. Aqui jaz a premissa que fundamenta a presente reseña: Castelo Velho é valorizado como ruína porque é concebido como um vestígio do passado e, como tal, uma forma de abordar temporalidades e vivências desaparecidas – o interesse está no passado enquanto passado. Tal reconhecimento é o cerne do potencial arqueológico da ruína, o que leva à identificação de Castelo Velho como sítio arqueológico. Esta é a dimensão da ruína que irei aqui explorar, realçando três elementos: o carácter ambivalente da ruína, a performance da escavação (Pearson, Thomas, 1994: 134) e o indivíduo que contempla e constrói a ruína, neste caso, o arqueólogo.

Antes de mais, a noção de ruína arqueológica é caracterizada pela ambivalência, mas é esta qualidade que possibilita a diversidade interpretativa das materialidades arqueológicas e as várias idealizações de passados (Breglia, 2006: 7). Guillaume ([1980] 2003: 39, 55) e Lacroix (2008: 9, 10, 39, 59-63) enfatizaram a artificialidade do conceito de ruína, resultado de uma relação de luto perante um mundo em desaparecimento. Assim, o sítio arqueológico é concebido como uma marca visual de um processo activo de decomposição material e temporal, que nos remete para a inevitável melancolia e efemeridade a que somos sujeitos (Hladik, 2010: 1; Stoler, 2008: 194). Neste contexto, a melancolia descreve um luto por algo que se desconhece (Burgin, 2009: 19), e o arqueólogo lamenta e questiona a ruína enquanto vislumbre de um passado inacessível. Numa constante tentativa de reter o tempo, a ruína desperta a saudade, e “... o homem conta histórias como protesto contra a sua finitude ...” (Catroga, 2009: 7).

Em paralelo, a ruína simboliza o tempo que escapa à história e se aloja no presente, um elemento de refúgio, um lugar à margem propiciador de momentos suspensos e de intimidade (Jorge, V. In Guillaume, [1980] 2003: 14). Augé (2003: 45, 84) afirma que contemplar a ruína não é tanto fazer uma viagem histórica, mas mais viver a experiência de um tempo

quase puro e das suas diversas profundidades. De facto, esta mesma temporalidade é mais do que a representação do passado em si – a materialidade da ruína é a concretização máxima que é possível do passado (Simmel, 1958: 385). Considerarmos a ruína uma figura do irrepresentável, isto é, do tempo, permite que sítios arqueológicos sejam mais do que vestígios materiais incompletos (Lacroix, 2008: 38, 43; cf. Price, [1990] 2004: 285). Por isso, a ruína constitui-se como origem para uma consciência histórica, cujo significado mais marcante é o de transmitir a noção de tempo (Augé, 2003: 110).

Deparamo-nos, mais uma vez, com a ambiguidade da ruína: por si, ela possui uma integridade tangível, mas o olhar do arqueólogo recai na vivência ausente que a ruína representa. De modo a conceptualizar esta ausência e a dar significado aos vestígios das vivências desaparecidas, o arqueólogo envolve-se fisicamente com as (i)materialidades do sítio, um processo denominado “escavação arqueológica”. A escavação permite perceber e clarificar a ruína, é um acto performativo de produção cultural, cujo objectivo é a criação de significados. Cada encontro com a ruína envolve gestos e comportamentos influenciados e restringidos, por um lado, pelas materialidades e espacialidades presentes/ausentes; e, por outro, pelas observações, indagações e interpretações do próprio arqueólogo, incluindo as suas exigências profissionais e éticas (Pearson, Thomas, 1994: 144). No acto de escavar, a matéria que compõe a ruína é deslocada, e transformada (Lucas, 2001: 41), e neste processo, alteram-se irreversivelmente as relações espaço-temporais entre as materialidades e os espaços.⁴ Assim, inerente à noção de sítio arqueológico, está a metáfora da perda, manifestada e mesmo contrariada, assim o julgamos, pela acção de arquivar, de registar, de narrar e de fixar (Ferreira, J., 2009: 60).

⁴ Apesar desta alteração, e segundo Lucas (2001:35, 42), o trabalho de campo em arqueologia não deve ser visto como uma prática destrutiva, mas sim como uma materialização e re-configuração. A ruína arqueológica expressa-se como um resultado desta prática de materialização.

Entramos no olhar do arqueólogo, um olhar heterotópico⁵, segundo o termo de Foucault (1967), pelo qual se destacam e reúnem elementos que podem nunca ter sido contemporâneos ou estarem visíveis, a fim de se tentar abordar o passado da ruína. Na verdade, o sítio arqueológico é a narrativa do arqueólogo: na reacção ao que se encontra, molda-se o sítio pelas relações que se criam e escolhem enfatizar, as reanálises e as omissões. Estas in/visibilidades não são permanentes, e dependem de interesses e questões colocadas pelo arqueólogo. O indivíduo, que contempla e narra a ruína, é um elemento incontornável, mas ele próprio está inserido e é influenciado pelo seu contexto social. O foco recai sob os indivíduos que estabeleceram uma relação com Castelo Velho. Voltemos à questão que guia esta resenha: de que forma a idealização de Castelo Velho se alterou nas narrativas dos arqueólogos? Subjacente à análise das catorze obras escolhidas está a procura de clarificar como Castelo Velho se foi escrevendo e construindo como resposta às percepções dos arqueólogos. Além disso, procura-se relacionar estas percepções com os movimentos conceptuais que marcaram a história da Arqueologia.

III - A ANALOGIA DO VASO

Escrever é um acto de poder através do qual a evidência arqueológica se torna compreensível sob a forma de narrativa; é o resultado de uma afirmação pessoal pela escolha dos temas que se consideraram importantes e possíveis. Por outro, é o reflexo da influência exercida pelo sítio, que nos

⁵ Foucault aplicou o termo “Hétérotopie” para designar um espaço sem regras estabelecidas, caracterizado por cinco princípios: 1) a sua existência em todas as sociedades, podendo assumir expressões diversas; 2) funções que se podem alterar ao longo do tempo, dependendo do contexto em que o espaço se insere ou lhe é definido; 3) a justaposição de elementos aparentemente incompatíveis; 4) ser composto por múltiplas temporalidades, distinguindo-se ou por acumular tempo, ou pela sua brevidade; e finalmente 5) caracterizado por um sistema de abertura e fechamento, que tanto pode isolar o mencionado espaço, como torna-lo permeável. Neste caso, aplica-se heterotopia ao espaço criado pelo olhar do arqueólogo, a ruína arqueológica. No processo de escavação, a ruína materializa uma relação de elementos cuja coexistência no mesmo espaço se torna tanto real como fruto da imaginação (Foucault, 1967; Knight, 2017: 142).

leva a apresentar e inserir os seus vestígios nos esquemas contemporâneos do entendível e do aceitável (Jorge, V., 2003: 131; Thomas, 2002: 2, 3; Yarrow, 2008: 122). O esboço de Castelo Velho, iniciado por S. Lopes (Jorge, S., 1993) espelhou-se nas primeiras narrativas apresentadas por Cruz (1993), Botelho (1996), Cardoso (1996) e Silva (1996). Entre 1989 e 1994, a escavação em Castelo Velho focou especialmente a metade norte do recinto superior. A partir destas intervenções, retrata-se um povoado fortificado, com muralhas potencialmente defensivas, inserido num quadro de complexificações sociais, intensificação económica, bem como especialização e alargamento das tarefas de subsistência. Para além de uma função bélica, as estruturas de Castelo Velho indicariam também mudanças sociais e organizativas, e/ou a afirmação da comunidade. Pintou-se uma época de conflitos e desigualdades sociais, suscitada pela existência de excedentes.

Estamos perante uma tendência conceptual, na investigação em Arqueologia Pré-Histórica, que apresenta uma lógica e uma confluência de posturas hoje reconhecidas como processuais, algumas delas com um certo pendor marxista. O texto de S. Lopes de 1993 apoiou um modelo clássico de tendências processuais, seguindo por exemplo Binford (1962, 1968) ou Woodall (1972), e assentou ideias já formatadas sobre “povoados fortificados”.

Lopes referiu, por exemplo, que Castelo Velho seria um sítio especializado em tarefas produtivas decorrentes de um processo mais amplo de intensificação económica. De uma complexa estratificação social advinham desigualdades, mas também se presumia uma liderança forte e estável, que assumisse o controlo necessário para se edificar este tipo de povoados (Jorge, S., 1993: 185, 194, 195). Numa tentativa de organizar o caótico, o pensamento processual aspirava por criar narrativas gerais que explicassem, de forma organizada e clara, o comportamento humano e os seus padrões económico-sociais.⁶ Embora Foucault (1967) já tivesse notado o carácter limitativo de

⁶ Segundo Trigger, a reacção a abordagens histórico-culturais culminou, durante as décadas de 1950 e especialmente 1960, na chamada “New Archaeology” ou Nova Arqueologia. Delineada por Lewis Binford, a Nova Arqueologia incentivou o estudo do comportamento cultural e as suas principais transformações, que seriam adaptações e reacções a mudanças no sistema ecológico. Neste ponto de vista, aspectos culturais podem ser descritos como tendo regularidade e, por isso, são passíveis de generalização e contribuem para a criação de narrativas de teor generalista (Trigger, [1996] 2009: 394, 395).

dicotomias como “espaço doméstico e espaço ritual”⁷, este tipo de distinções tornou-se comum em perspectivas processualistas, um possível reflexo do desejo contemporâneo por ordem.

No geral, os quatro primeiros trabalhos procuram identificar situações que seriam comuns aos “povoados” datados da mesma época: os espaços arquitectónicos foram divididos em áreas (pluri)funcionais e de produção, distintos de espaços domésticos e simbólicos (Cruz, 1993; Jorge, S., 1993, Botelho, 1996; Cardoso, 1996; Silva, 1996); viram-se padrões de distribuição espacial e acumulação de bens de produção, tentando-se relacionar estes padrões com uma suposta estratificação social (Cruz, 1993), e com contextos socioeconómicos (Cardoso, 1996); prestou-se atenção à (des)contínua ocupação do espaço e do tipo de funcionalidades que lhe eram associadas (Botelho, 1996; Cardoso, 1996); e enfatizou-se o carácter defensivo do sítio (Silva, 1996). O último trabalho partiu destas perspectivas e inseriu Castelo Velho no contexto do povoamento da região, avaliando-se o grau de sedentarização das comunidades com base na identificação de contextos tumulares e na sua relação com “habitats” (Silva, 1996).

Os materiais cerâmicos, especialmente na unidade “vaso”, foram o principal vestígio que serviu de base para estes primeiros estudos; a única excepção foi Cardoso (1996), que iniciou o estudo dos materiais líticos de Castelo Velho. A atenção atribuída ao vaso foi comentada por Shanks (1992: 79): “... The wholeness of the past is lost in the melancholic holding of the vase; the past, longed for, is missing ...”. O vaso preenche um vazio e ganha proeminência enquanto melancoliza a materialização de um passado ausente, fora do alcance. Há um fetiche pelo objecto, neste caso pelo vaso reconstruído, que combina a presença e a ausência do que é desejado, renegando as várias partes que compõe esse mesmo vaso (Cumberpatch, 2000). Se compararmos esta perspectiva com a ruína de Castelo Velho, o que se salienta é o seu carácter fragmentado e o desejo, ou talvez obsessão, pelo objecto “inteiro” perdido (ver Ferreira, J., 2009: 58). Tal explica a minuciosa investigação

⁷ Foucault (1967) remetia-se para uma vigente sacralização da forma como os espaços são apropriados e definidos, especialmente por uma série de “dicotomias” tomadas como inalteráveis, tais como espaço privado e público, cultural ou utilitário. Apesar destas oposições, Foucault realçou a heterogeneidade espacial e o facto de espaços poderem ser moldados por diferentes redes de relações.

dedicada à construção de tipologias da cerâmica e das funcionalidades a ela associadas (Cruz, 1993; Botelho, 1996; Cardoso, 1996; Silva, 1996).

Comparando os quatro trabalhos, poder-se-ia dizer que, em 1996, se anteviam mudanças interpretativas. Enquanto Cruz (1993) associou uma “concentração de vasos de grandes dimensões” como sendo uma área de armazenagem, Silva (1996) concluiu não haver estruturas claramente identificadas que permitiam sustentar esta afirmação. Porém, esta observação já tinha sido feita em 1994 por S. Lopes (Jorge, S., [1994] 1998: 97, 102). Aliás, nenhum dos trabalhos de 1996 acompanhou a reconceptualização fulcral que S. Lopes apresentara em 1994, e que contrastou fortemente com o próprio trabalho da investigadora de 1993.

No âmbito da sua prova de Agregação em Pré-História e Arqueologia, S. Lopes propôs uma desconstrução conceptual das explicações de carácter uniforme e globalizante para os chamados “povoados fortificados” do Calcolítico peninsular. A abordagem processual tradicionalista foi acusada de impor uma visão passiva, simplista e hegemónica ao passado. Nesta reanálise, agitou-se a leitura dicotómica das delimitações pétreas e das funcionalidades dos espaços, propondo-se que estes povoados seriam formas monumentalizadas, ao invés de fortificadas; que os vários espaços corresponderiam a palcos de actividades de múltipla significação; e desconstruiu-se a ligação vigente entre metalurgia e fortificação. Castelo Velho estaria mais próximo de ser um dispositivo comunicacional, associado a re-territorializações espaciais e a afirmações de identidade. Deve-se clarificar que identificar Castelo Velho como “monumento” não inviabiliza ele poder ser um “povoado fortificado”; ele deixou de ser visto como este último por não apresentar características de um sítio defensivo (Hodder, 1985: 21; Jorge, S., [1994] 1998; Idem, [1998] 2005: 94; Idem, [2003] 2005; Jorge, S., et al, 2007: 77).

Mais importante ainda foi relacionar as interpretações de Castelo Velho com o reconhecimento do arqueólogo enquanto imaginador do passado (Jorge, S., [1994] 1998: 118, 119). Como explicou S. Lopes,

“... O passado, qualquer “passado”, existe em função de uma teia de significações conferida em cada presente histórico. Neste contexto, o passado está aberto a uma pluralidade de “sentidos” que se jogam na prática social em função do consenso gerado pela comunidade científica. (...) O passado é, como bem se sabe, um projecto do presente ...” (Jorge, S., [1994] 1998: 116).

Realçou-se, então, a agência do arqueólogo, um papel já elaborado por Hodder (1985: 18, trad.), que identificara "... qualquer representação do passado como declaração social do presente ...". Isto permite, de certa forma, explicar porque Cruz (1993) terá sugerido uma área de armazenagem, enquanto Silva (1996) a questionou; e porque S. Lopes, mesmo sem conhecer a dimensão total do sítio arqueológico, reformulou a tradicional interpretação deste tipo de sítios, patente no seu próprio texto de 1993. Neste contexto, salienta-se o desencontro entre os trabalhos de 1996, que se aproximaram mais das abordagens de Cruz (1993) e S. Lopes (Jorge, S., 1993), e o texto de 1994, cuja influência não se reflectiu em nenhum dos trabalhos que imediatamente o sucederam, apesar do papel de Orientador de Tese desempenhado por S. Lopes. De facto, o início da mudança a nível da abordagem precedeu qualquer alteração na estratégia de campo, e antecedeu mesmo a ideia de que tal alteração viria a ser basilar para se entender a singularidade de Castelo Velho (Jorge, S., [2002] 2005: 156).

Entre 1997 e 2000, durante os quais houve dois anos de interregno das escavações, tornou-se patente um outro desfasamento, concretamente entre a abordagem teórica formulada em 1994 e o objectivo de se compreender globalmente o sítio; ou seja, a nova interpretação apelava não só por mais escavações, como por escavar colocando novas questões (Jorge, S. [2002] 2005: 156, 157). Em 1998, S. Lopes sumariou as interpretações relacionadas com Castelo Velho, e aproveitando a descoberta de uma "... estrutura com ossos humanos ..." (Jorge, S., [1998] 2005: 97), explorou as novas problemáticas que moldaram esta mais recente escavação. Narrou-se um Castelo Velho de carácter polissémico, onde espaços autónomos, fluídos, mas também ambíguos, terão sido formalizados e destacados na paisagem; um sítio marcado pelo cariz social de "actividades transformadoras" e de apropriações espaciais, e pela construção de novas identidades. Com a descoberta da estrutura com ossos humanos, S. Lopes problematizou a identificação de contextos de cariz "ritual" quando as materialidades em estudo não apontam para tal. Se, por um lado, a nova forma de perspectivar Castelo Velho abria o leque de possibilidades interpretativas, por outro dificultou a própria classificação do sítio e o esclarecimento do tipo de ocorrências que terão tido lugar no interior e à volta deste "lugar monumentalizado" (Jorge, S., [1998] 2005: 94, 95, 103, 105).

S. Lopes tinha apelado para a criação de novos "dados" sobre Castelo Velho, derivados de olhares diferentes dos expressos nos estudos anteriores.

O que se seguiu, porém, foi um período de transição, marcado pela neutralidade de Pereira (1999) e pela conciliação de Varela (2000). Pereira (1999) ergueu Castelo Velho não como um povoado “fortificado”, mas sim “cercado”, cujas espacialidades estavam mais relacionadas com a representação simbólica de actividades. A referência a áreas funcionais entre (“”) denotou em Pereira uma hesitação em fixar a identificação de espaços e um olhar crítico no uso de certas terminologias. No entanto, a investigadora adoptou uma postura neutra perante as problemáticas internas do sítio, tendo-se mesmo colocado fora de Castelo Velho. O seu interesse foi para um conjunto de fragmentos cerâmicos agrupado sob a denominação “Cogeces”, nunca antes objecto de estudo concreto em Castelo Velho. Terá sido a especificidade deste interesse, como comentou Cardoso (2007: 39), que não terá permitido avançar mais ao nível da mudança em termos paradigmáticos.

Entretanto, Varela (2000) realiza um estudo tipológico e decorativo de materiais cerâmicos, através do qual concluiu que Castelo Velho atravessara um período de mudanças graduais, paralelas a uma maior integração nos circuitos regionais. Na narrativa de Varela, há tanto uma reminiscência da anterior abordagem de cariz processual, como uma tentativa de reconciliação. Primeiro, ao nível da tipologia do sítio, com um Castelo Velho fortemente monumentalizado em paralelo a descrições de um sítio fortificado, noções de visibilidade na paisagem e referências à intensificação económica, desenvolvimento agrícola e armazenamento de produções. Segundo, a nível estratigráfico, pois embora se siga a definição estratigráfica de 1993, Varela depara-se com novas questões cronológicas levantadas pelo estudo dos materiais cerâmicos de camadas enquadradas no “Bronze Inicial e Final”. De forma a lidar com as discrepâncias observadas, a obra é marcada por uma (i)reconciliação teórica dos textos de 1993 e de 1996 (Jorge, S., 1993; Cruz, 1993; Botelho, 1996; Cardoso, 1996; Silva, 1996) e, por outro, do texto de 1994 (Jorge, S., [1994] 1998).

IV - COREOGRAFIA DO FRAGMENTO

A mudança a nível interpretativo preconizada pelo texto de 1994 condicionará, a seu tempo, toda a estratégia de escavação, bem como o planeamento

da conservação e musealização de Castelo Velho. Passou-se de um nível meramente descritivo para um envolvimento mais íntimo, o plano da viagem. O projecto de estudo e valorização foi iniciado em 2000-2001 e favoreceu uma conservação do tipo minimalista (Jorge, S., [2002] 2005: 111, 116; Idem, [2002] 2005: 156). Do ponto de vista arqueológico, era preciso "... escavar mais ... com novas perguntas ..." (Idem: 157). Com o apoio despoletado pelo projecto de estudo, realizou-se uma intervenção a grande escala, beneficiada pela presença de uma equipa permanente em campo, e avançou-se com a escavação integral do recinto superior, bem como a abertura de novos sectores de intervenção.

Perante as novas questões colocadas, S. Lopes publica uma série de artigos em 2002 e 2003, onde sintetiza o que já se produzira sobre Castelo Velho e esboça futuras direcções. O termo "recinto murado" é proposto em alternativa à expressão "povoado fortificado", pois este deixara de fazer sentido, juntamente com oposições do tipo "doméstico" / "ritual". O sítio arqueológico afigurou-se cada vez menos defensivo, e mais como um dispositivo arquitectónico monumental, inserido num jogo de visibilidade e monumentalidade. Castelo Velho terá funcionado de forma diferente, segundo diversas escalas interpretativas, correspondendo tanto a um espaço de congregação de populações e mediador de sentidos, como um lugar de coreografias, notado, por exemplo, no jogo cénico implícito na presença/ausência de "entradas", ou pelo fecho e condenação intencional de estruturas (Jorge, S., [2002] 2005: 131, 135, 143, 146, 148, 149; Jorge, S. [2003] 2005: 171).

As anteriores abordagens predominantemente estratigráficas tornaram-se insuficientes e mesmo ineficazes, e S. Lopes propõe enfatizarem-se relações espaciais, começando por decapagens em área. Como iremos ver, esta mudança acompanhou o abandono do faseamento anteriormente proposto, que passou a ser apresentado por "momentos". Moveu-se entre micro-contextos e estruturas para se considerar o ausente e o invisível, mas também se procurou inserir Castelo Velho numa perspectiva que se poderia designar como "arqueologia da paisagem" (Jorge, S., [2002] 2005: 156, 157; Jorge, S., Jorge, V., Cardoso, Pereira, Coixão, 2005: 105).

Foi em 2003 que se diluiu o descompasso entre a abordagem de S. Lopes e os trabalhos de investigação que a autora orientara. Baptista (2003), Gomes (2003) e Oliveira (2003) partem das novas vertentes e problemáticas apontadas por S. Lopes e suscitadas por um Castelo Velho idealizado como um dispositivo comunicacional associado a processos de territorialização.

Em comum, os três autores reagiram às conceptualizações previamente tomadas como base para se interpretar Castelo Velho, sendo a mais profunda mudança a redefinição da unidade de estudo. Por um lado, Baptista (2003) focou o microcosmo através da reanálise da relação fragmento-vaso, e Gomes (2003) realçou a microescala pela interconexão materialidade-contexto; por outro, Oliveira (2003) pôs em causa o uso do “paradigma estratigráfico”, introduzindo uma análise espacial à escala de Castelo Velho. Isto resultou numa mudança radical das narrativas sobre o passado do sítio arqueológico.

Remete-se, pela primeira vez, para uma das abordagens que se vinham a construir desde os finais da década de 1980 e que foram agrupadas na designação de “arqueologia pós-processual”. Embora definido como um bloco que aparenta ser coerente, o pós-processualismo em Arqueologia abarca variadas, e mesmo contrastantes formas de se teorizar o passado, não se tratando de uma mudança paradigmática, mas sim de uma reacção de insatisfação face, por exemplo, a ênfase dada à metodologia, ao invés de teorização e compreensão; ou à concepção sistémica da cultural e da sociedade, vigente entre as décadas de 1960 a 1980 (Shanks, 2007: 133, 134).

Numa primeira leitura, Baptista (2003) pareceu continuar a abordagem anteriormente seguida no estudo de materiais cerâmicos. Mas algo mudara. No estudo da designada “estrutura das sementes”, a impossibilidade de determinar formas devido à fragmentação cerâmica deixara de ser um desafio interpretativo. Em vez de se remeter para sentidos “funcionais”, no qual as sementes teriam sido contidas por vasos, cuja presença era indicada pelos fragmentos, focou-se a associação entre as sementes e a unidade “fragmento” como sendo independente (Baptista, 2003: 154). Assim, Baptista sugere ter havido manipulação destes elementos numa dinâmica que parece remeter para a representação metafórica d(e aspectos d)a actividade de armazenagem. S. Lopes empregara esta mesma abordagem para comparar contextos, como a “estrutura das sementes” estudada por Baptista (2003), a “estrutura com ossos” e o espaço aberto, mas delimitado, que seria estudado por Gomes (2003), onde se encontraram 25 “pesos de tear”. Lopes concluíra que estas estruturas teriam desempenhado um papel importante na significação emblemática do sítio enquanto dispositivo comunicacional (Jorge, S., [2003] 2005: 165).

Ao mesmo tempo, a manipulação dos fragmentos parecia indicar uma deposição intencional depois de estes serem partidos. O reconhecimento

desta intencionalidade alterou profundamente a forma como determinadas situações passaram a ser interpretadas: a deposição de um vaso incompleto em associação com uma das entradas monumentalizadas do sítio foi também identificada como intencional, sendo possivelmente “... um ritual fundacional ...” (Baptista, 2003: 144).

Baptista criou um corte na continuidade interpretativa seguida pelas prévias investigações, aproximando-se de Hodder (1985, 1992) e do que viria a ser categorizado como “arqueologia contextual”. Esta abordagem propôs que materialidades se constituíam enquanto tal através de uma rede de significâncias, e estas dependiam do contexto onde eram criadas (Hodder, 1992: 12). O interesse pelo sentido dos materiais e a sua relação com a definição de contextos substituiu a anterior atenção dada à relação entre materiais e a identificação de “espaços funcionais”. De facto, Baptista não só questionara esta relação, como notara que os fragmentos cerâmicos se associavam a uma variedade de ocorrências que dificilmente apontariam para os previamente identificados “espaços domésticos”. Pelo contrário, ao se definir o contexto como um microcosmo e um método interpretativo, foram identificadas espacialidades heterogéneas onde a manipulação de fragmentos cerâmicos se associava a outros materiais, afastando Baptista de inferir funcionalidades para os recipientes.

Nos trabalhos anteriores, os fragmentos simplesmente procediam de uma separação do todo, sem o qual as várias partes não eram compreensíveis. Agora, o fragmento adquire um valor metonímico, isto é, a sua individualidade remete para a nostalgia de um todo que foi perdido, mas da qual ele foi separado, passando a existir enquanto elemento singular por si (Lacroix, 2008: 42). Se perspectivarmos Castelo Velho como um todo a ser estudado, reparamos que os vários trabalhos de investigação se assemelham a fragmentos, com uma individualidade própria, mas também como uma amostra multivocal de um “todo” que é Castelo Velho.

O segundo investigador a marcar uma nova abordagem a Castelo Velho foi Gomes (2003). O autor levaria a interpretação contextual a um outro nível, partindo do estudo tipológico dos chamados “pesos de tear”, objectos cerâmicos até à altura pouco estudados. A primeira ideia crucial foi tomar a noção de “contexto” como uma convenção que constitui a Arqueologia, uma forma de se abordar o passado que pode não transparecer a intencionalidade das pessoas nesse passado.

A segunda observação de Gomes foi que as relações entre as várias materialidades tornam-nas elementos participativos na organização espacial, sendo-lhes reconhecida agência. A relação intrinsecamente dinâmica entre sujeito-objecto já tinha sido apontada por Miller (1987: 33), mas ao aplicar esta relação na abordagem contextual, Gomes reanalisou a própria maneira como se interpreta o sítio arqueológico e se abordam as suas materialidades e espaços. A leitura dos objectos variará consoante a definição dos seus contextos e do sistema em que se inserem e, por seu turno, a construção dos contextos depende das materialidades que os compõe e são manipuladas em relação a eles.

Assim, à semelhança da argumentação de Baptista (2003), os vários espaços em Castelo Velho deixam de ser vistos como situações definidas e fixas, para se realçar o seu carácter fluído e dinâmico. A conclusão de Gomes (2003) aproxima-se da de Baptista (2003): os materiais suscitaram não a presença de algo em concreto (a tecelagem, o armazenamento) mas a representação dessas vivências. Mesmo sendo entendidos como índices da prática da tecelagem, os “pesos de tear” poderiam ter desempenhado outro papel dependendo dos contextos. Como tal, os “pesos” estavam sujeitos a esquemas de significações que podem contrariar as explicações feitas somente por uma visão mecanicista. Ressalta-se o sentido polissémico dos objectos de uma forma que não tinha sido antes focada.

A desconstrução da correlação entre os “pesos de tear” e uma única actividade, a tecelagem, levanta a questão: “... se a presença dos “pesos de tear” não pode ser tomada como índice de tecelagem, é indicadora de quê?” (Gomes, 2003: 140). Gomes aceitou a interpretação dos “pesos” como instrumentos da tecelagem, mas referiu que, e sublinho, um determinado material não deve ser tomado como índice de uma actividade só porque é associado a uma determinada tarefa. Isto é relevante, pois aludia-se ao crescente reconhecimento da biografia dos objectos e da sua agência (ver Appadurai, 1986; Kopytoff, 1986; Hoskins, 1998; Gosden, Marshall, 1999). Os materiais incorporam uma constante coreografia de movimentos, desempenhando papéis conforme os sentidos e as associações que lhes são atribuídos na altura. E estes papéis, bem como os nossos movimentos, dependem do palco onde actuamos e o papel que pretendemos desempenhar. Aqui, o palco é Castelo Velho. É neste ambiente cénico que Oliveira (2003) reformulou e ensaiou a espacialidade do sítio, partindo das várias materialidades descobertas, em especial cerâmica, líticos, elementos de adorno e ecofactos.

Oliveira (2003) começou por equacionar o estudo da “camada 4” para abordar as primeiras intervenções arquitectónicas em Castelo Velho. Contudo, ao verificar que o método estratigráfico previamente seguido se demonstrou parcelar, a investigadora decidiu partir do método proposto por S. Lopes, e demarcou o espaço analisado em sete áreas distintas, articuláveis com a referida camada. Foi a definição destas áreas por parte de Oliveira que evidencia uma tentativa de ultrapassar, e mesmo questionar, o “paradigma estratigráfico” (Velho, 2009: 82). Numa primeira fase, os materiais foram caracterizados segundo a sua distribuição espacial, enquanto se procuravam reconhecer padrões; em seguida, cada espaço foi contextualizado e problematizado em relação com as diferentes fases construtivas. A quadrícula foi a unidade espacial adoptada, através da qual se efectuou a cartografia dos materiais e a análise da sua frequência e densidade. Ao comparar todos os contextos, Oliveira (2003) estabeleceu uma conexão entre a manipulação dos materiais, tanto na unidade “inteiro” como “fragmentado”, com processos deposicionais associados à arquitectura do sítio, intervenções estas que demonstram uma afirmação na paisagem. Esta percepção só foi possível por ter havido uma mudança na forma como se conceptualizavam as intervenções na paisagem, quer no espaço de Castelo Velho, quer em termos regionais (Jorge, S. O. [2003] 2005: 164).

Tornou-se claro que as arquitecturas de Castelo Velho foram alvo de permanentes reconfigurações, restauros e manutenções, que suscitam recorrentes mudanças de cenário. Nesta teatralidade, a constante mutação de cenografias só se tornou inteligível com o enquadramento de Castelo Velho em “redes de lugares interconectados”; e com o entendimento que S. Lopes fez dos recintos enquanto receptáculos transitórios de artefactos e de pessoas que circulam num determinado território social (Jorge, S. O., [2003] 2005: 171). O carácter rebelde de Castelo Velho, com a sua lógica espacial que nos escapa e acomoda, permitiu que dele resultassem estudos diferentes e mesmo divergentes.

De 2003 a 2009, ano da primeira Tese de Doutoramento sobre Castelo Velho (Velho, 2009), as narrativas do sítio arqueológico derivaram de uma trama composta por trabalhos enquadrados no Seminário de Projecto da Licenciatura de Arqueologia (Azevedo, 2006; Costa, 2006; Neto, 2007; Ferreira, A., 2007) e por artigos publicados por S. Lopes e outros investigadores. Foram alvo de estudo morfológico e decorativo os materiais cerâmicos provenientes

de camadas ou estruturas previamente não estudadas (Azevedo, 2006; Neto, 2007; Ferreira, A., 2007), e reafirmou-se que a significância destes materiais cerâmicos seria formulada numa relação constante com as estruturas que dão forma ao sítio arqueológico (Jorge, S., Jorge, V., Cardoso, Pereira, Coixão, 2005: 106).

A nível de cronologias, Azevedo (2006) questionou a relação entre as balizas temporais e a diacronia das estruturas no chamado Recinto Interior. Em termos espaciais, Costa (2006) ensaiou a cenografia de Castelo Velho, abordando possíveis sistemas construtivos e a sua tradução arquitectónica. Deste ensaio, argumentou-se que Castelo Velho, com a sua arquitectura fluída, teria um carácter sazonal e seria um símbolo para grupos dispersos. Neto (2007) refutaria esta sugestão, apontando como indício da constante ocupação do espaço a sua dimensão e o tipo de arquitectura. Apesar de diferentes, estas leituras tornaram-se possíveis por ter havido uma redefinição do carácter arquitectónico de Castelo Velho, entendido não como resultado de um plano único pré-concebido, mas sim como um processo constante (Baptista, Gomes, Jorge, S., Jorge, et. al, 2007).

Uma importante síntese publicada em 2007 apresentaria as principais reconceptualizações na abordagem tanto a Castelo Velho, como a Castanheiro do Vento, um outro espaço arqueológico de semelhante carácter, onde se envolveram vários dos investigadores de Castelo Velho. Ambos os casos foram abordados a várias escalas de análise, partindo-se da paisagem, a arquitectura, as deposições que lhe estão associadas e os materiais manipulados. Identificaram-se corredores de visualização, e todo o espaço elevado onde os sítios arqueológicos se encontram foi definido como uma unidade, contemplada como “colina monumentalizada”. Propuseram-se leituras alternativas do chamado “registo arqueológico”, e começaram-se estudos sobre os modos de construção deste tipo de estruturas, quer em termos materiais, como visuais (Baptista, Gomes, Jorge, S., Jorge, V. et. al, 2007).

Em comparação com os estudos da década de 1990, houve também um reposicionamento do arqueólogo enquanto investigador. Costa (2006), por exemplo, mostra-se ciente do pouco contacto que teve com o sítio arqueológico, e do facto de o abordar através da percepção de outros investigadores, algo semelhante ao que a minha presente resenha expressa. Em paralelo, a autora também adverte para o facto de muitas das relações mencionadas aquando da sua interpretação já não serem visíveis dada a musealização do

sítio arqueológico (Costa, 2006: 14, 15). A ruína de Castelo Velho conduziu todos aqueles que com ela trabalharam a uma experiência ontológica e de contemplação (Lacroix, 2008: 9, 29). Este poder da ruína prolonga-se e perpetua-se, de outra forma, pelo simulacro resultante da sua musealização. Todavia, a experiência propiciada pela escavação é considerada única e é a partir dela que se desenrola uma importante parte da experiência ontológica do encontro com a ruína, assim como a elaboração de todo o registo que depois será o ponto de partida para os estudos desenvolvidos. Apesar disto, acho que esta experiência ontológica se prolonga na elaboração textual e é transmitida pela percepção de outros investigadores. Como Ricoeur comenta: “O leitor é antes alargado na sua capacidade de auto-projecção, ao receber do próprio texto um novo modo de ser” (Ricoeur, 1987: 106).

As histórias de Castelo Velho, contadas por cada um destes investigadores através da interpretação dos seus espaços e vestígios materiais, não formam uma linha contínua, com um sentido único. Elas acompanham a mudança entre linhas de pensamento diferentes e abordagens distintas, numa tentativa de se narrar Castelo Velho. Porém, é a partir destas narrativas que ele foi tomando forma e se foi caracterizando. E é no seguimento desta procura de o conhecer, de questionar a sua natureza, de o construir e interpretar, que surgiu o último trabalho aqui abarcado, a Tese de Doutoramento de Velho (2009).

V - O ARQUEÓLOGO “RE-CONSTRUTOR”

Com o tema da “(re)construção”, Velho (2009) marcou uma ruptura completa em relação aos anteriores trabalhos, sendo o único elemento em comum o próprio sítio de Castelo Velho. Partindo de algumas questões que já vinham a ser colocadas por S. Lopes, Velho foi para além da abordagem estratigráfica e do paradigma cronológico, alterando a forma como se conceptualizou o Tempo em Castelo Velho. Os principais pontos que marcam esta obra são o reposicionamento do arqueólogo, a reterritorialização do sítio arqueológico, a desconstrução da linearidade temporal e a forma como se interpreta em arqueologia.

O trabalho organizou-se em torno de três temas principais, a Natureza, o Tempo e a “Re-construção” e partiu da questão “O que significa conhecer

Castelo Velho?” (Velho, 2009: x). De forma a abordá-la, houve uma reflexão sobre o que tem sido a Arqueologia, em forma de conhecimento, e as suas duas grandes obsessões – a metodologia e a cronologia. Reconheceu-se a perda de inocência, num quadro em que a disciplina de Arqueologia “amadureceu”, se desenvolveu e ficou mais consciente de si e da sua posição na sociedade e no mundo académico. Num constante processo dialéctico com Castelo Velho, questionou-se o porquê de ele fazer parte do nosso passado, principalmente daqueles que lá escavaram e dos que o estudaram (Velho, 2009: xix). Assim, inverteram-se os papéis, e ao centro não se colocou Castelo Velho, mas sim o arqueólogo! Ao estudar o passado, Velho propôs que se pense no tipo de passado que queremos para o sítio, pois não se trata de uma mera construção, mas sim de uma “re-construção” que se reflecte nas narrativas de cada investigador. Só através desta re-construção é que se torna possível “... conhecer o passado ...” do sítio (Velho, 2009: xxi). Isto, porém, não significa completa subjectividade, mas sim uma consciencialização da posição do arqueólogo e da sua responsabilidade perante a interpretação dos vestígios que compõe Castelo Velho.

O segundo ponto foi a reterritorialização do sítio arqueológico. Explorou-se a monumentalidade e visibilidade de Castelo Velho pelo conceito de “lugar na paisagem”, proposto por S. Lopes, e procedeu-se à caracterização geomorfológica da região onde o sítio se insere. Na sequência desta caracterização, problematizaram-se os conceitos de “Natural” e de “Natureza”. Entender Castelo Velho como um “lugar na paisagem” implica vê-lo, segundo o investigador, enquanto palco político de tensão, negociação e contestação; mas, ao mesmo tempo, como uma entidade que devolve o “olhar” sobre aquele que o olha. Tanto Castelo Velho como toda a paisagem da qual ele faz parte devem ser vistos neste processo de diálogo. No processo de “de-territorialização” e “re-territorialização”, Velho concluiu que nada em Castelo Velho é “natural”,

“... no sentido de que não existe nenhuma Lei divina que o governe (...). Significa também percebermos que ele se apresenta hoje como uma “falta”, aquele extra que nunca conseguiremos atingir e que a Lei e a Ordem ajudam a cobrir. A Arqueologia faz parte justamente desse processo que designamos como “(re)territorialização” ...” (Velho, 2009: 64).

O terceiro ponto de ruptura na tese de Velho derivou do abalo anteriormente provocado por S. Lopes (Jorge, S., [2002] 2005) e Oliveira (2003) no que concerne o “paradigma estratigráfico”, e nas discordâncias entre as datações de C_{14} , as camadas estratigráficas, os materiais e contextos. Velho encarou ser urgente ultrapassar uma concepção linear do tempo e a limitação introduzida no cerne da disciplina de Arqueologia pela sequência passado-presente-futuro. Por um lado, problematizou-se a hipótese de continuidade/descontinuidade ocupacional debatida nos primeiros trabalhos sobre Castelo Velho e baseada numa suposta continuidade das práticas e permanências, ou numa estabilidade arquitectónica geral, que se reflectiria nas camadas estratigráficas e nas materialidades. Todavia, quando se seguiu um paradigma espacial, esta estabilidade por nós procurada não foi verificada, podendo somente ser entendida a um nível muito geral. Houve, por isso, uma mudança nos termos usados para o balizamento cronológico do sítio: de “fases de ocupação” passou-se para “momentos”, reconhecendo-se a multitemporalidade e diversidade de ritmos do sítio arqueológico.

Por outro lado, problematizou-se a obsessão em se obterem datações absolutas e precisas e se definirem períodos cronológicos bem delineados. Isto foi visível, por exemplo, na correlação entre a tipologia dos materiais cerâmicos e fases do sítio arqueológico. Contudo, a preocupação em inserir os vestígios dentro de uma certa sequência temporal baseia-se na nossa própria construção do Tempo, e no pressuposto de que ele terá sido sempre entendido do mesmo modo (Velho, 2009). É possível que esta ontologia não teria feito sentido em ontologias de outra natureza, clarificou V. Jorge. De facto, a questão temporal baseia-se num desejo de recuperar um total que nunca terá existido, e “... a simples ideia de passado e da sua reconstituição, do conhecimento do passado realmente acontecido, é a manifestação de uma fantasia...” (Jorge, V., 2011).

Como sublinhou Velho (2009: 201), “... [o] problema de Castelo Velho é um problema de Arqueologia ...”. Ou melhor, no processo de se abordar Castelo Velho, enfrentaram-se vários domínios que compõem a Arqueologia, e esta acaba por ser sempre um exercício no Tempo. Basta pensar que a noção de arqueologia se baseia na diferença temporal entre o que encontramos e o que consideramos ser o nosso próprio “presente”, e a consciência desta diferença é suscitada pela existência da ruína, da tal “experiência do tempo” referida por Augé (2003: 45, 84).

O último ponto de ruptura relacionou-se com a proposta de “re-construção” de Castelo Velho, aceitando-se que nenhuma reconstituição do passado é inocente; ao invés, é um exercício de interesses e perspectivas. Como Velho (2009: 232) clarificou,

“... O passado assume-se como uma re-ferência, um trazer (“ferre”) outra vez (“re”) através do exercício do arqueólogo. Na distância entre a primeira vez (o passado) e as outras vezes (o presente e o futuro) coloca-se justamente o drama da arqueologia. O drama de uma réplica (replicare), de uma dobra, de um espelho ...”

Ao “re-construirmos” apropriamo-nos da ideia do passado, e do próprio passado. De facto, não serão as próprias simulações produzidas em arqueologia constituintes de uma nova realidade? É, como Velho apontou, uma forma de poder, na qual cada gesto nosso e cada elemento encontrado se assumem como tal. Apesar deste último trabalho se debruçar sobre a “re-construção”, os seus limites continuam inexplorados, e o único limite alcançado foi a impossibilidade de se apresentar essa mesma “re-construção”. Com Velho, o clímax das investigações é atingido, mas a minha caneta fica em suspenso, embora escrever o passado seja uma tarefa que não tem fim. Neste caso, não chego a pôr a caneta no papel e reconheço um abismo, um momento suspenso. Da certeza de se conhecer Castelo Velho, transmitida pelas primeiras investigações, vai-se caminhando até se chegar à impossibilidade de montar as peças do puzzle, de construir uma imagem “fiel”, «um dia, na pré-história, em Castelo Velho». Mas isto não é uma barreira, pelo contrário, é a aceitação da forma como se interpreta em arqueologia e da nossa posição enquanto arqueólogos. “... Da im-possibilidade nasce uma relação curiosa constituída num “Eu” e “Castelo Velho...” (Velho, 2009: 283).

VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da minha citação inicial (Jorge, V., 2003: 22), esta é a história de como Castelo Velho tem sido, e está a ser, por nós re-construído. A resenha foi guiada pela questão ‘de que forma a idealização de Castelo Velho se alterou

nas narrativas dos arqueólogos?’ O caminho narrativo partiu do charme da ruína, passou pela analogia do vaso e a coreografia do fragmento, para ir de encontro ao arqueólogo “re-construtor”.

Na tentativa de nos organizarmos perante o passado, conceptualizou-se o sítio arqueológico como “ruína”. O primeiro elemento enfatizado foi o seu carácter ambivalente, por um lado, enquanto património cultural, moldado pelos presentes interesses face ao passado; e por outro, como uma representação desse mesmo passado, catalisadora de uma abordagem arqueológica. O segundo elemento foi o acto performativo da escavação arqueológica: na interacção com a ruína, preconizam-se presenças e “melancolizam-se” ausências, através das quais se constroem significâncias que são registadas e narradas. O terceiro elemento prende-se com o olhar heterotópico do arqueólogo, do qual resulta um compromisso entre os interesses e a experiência pessoal daquele que “olha a ruína” e as várias materialidades e espacialidades que se escolhem moldar durante a escavação e que dão forma ao próprio sítio arqueológico.

A primeira fase na interpretação de Castelo Velho, na década de 1990, foi descrita como a analogia do vaso: com base na sequência estratigráfica de Castelo Velho, enfatizou-se o estudo das materialidades, especialmente a construção de tipologias, como forma de abordar questões de âmbito socioeconómico, baseadas numa idealização de um “povoado fortificado”.

Em 1994, anunciou-se uma reconceptualização que viria a tomar forma a partir de 2003, fase descrita como a coreografia do fragmento. Uma mudança da abordagem estratigráfica para um paradigma espacial possibilitou que novas questões fossem colocadas, e construíram-se relações contextuais para se entenderem as materialidades e os vários espaços do sítio arqueológico. As metanarrativas da década de 1990 foram abandonadas, e afirmaram-se as materialidades como representação de vivências, e não como presença de zonas funcionais ou índice de actividades em concreto. Castelo Velho passa a ser retratado como um dispositivo comunicacional, um recinto monumental com espaços fluidos, cujos materiais participam nessa dinâmica teatral que varia conforme o palco (contexto) em que estão.

Por fim, a viragem paradigmática de 2009 posicionou o arqueólogo “re-construtor” no centro do processo arqueológico, rompendo com todas as abordagens anteriores. Embora se tenha partido à procura de conceber e construir um Castelo Velho, como se ele tivesse uma identidade independente

de nós, apercebemo-nos que não há um “passado autêntico” para encontrar. Desconstrói-se a noção linear de tempo subjacente ao pensamento arqueológico e apela-se à tomada de consciência por parte do arqueólogo. Esta, porém, não deve ser guiada por total subjectividade; na verdade, tudo deriva de um processo dialéctico, que resulta numa re-construção e re-territorialização do sítio arqueológico, e no qual os sujeitos principais somos tanto nós como as ruínas com que nos deparamos.

Concluí que não escavamos ao encontro do passado, mas sim ao nosso próprio encontro, a algo que não é mais do que uma extensão e reflexo de nós (Shanks, 1992: 50). Comecei pelas narrativas criadas pelos investigadores, para passar pelas performances que Castelo Velho suscitou e para a qual fui convidada enquanto espectadora participante, e finalmente, quando deveria concluir um qualquer ponto, atingi um novo começo, para de novo voltar a partir.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer todo o apoio de Susana Soares Lopes, Joana Alves Ferreira e Sérgio Gomes, sem os quais em 2011 não teria conseguido estruturar as ideias para este trabalho. Contudo, tudo o que é dito neste artigo é da minha responsabilidade.

VII - Bibliografia

Appadurai, A. 1986. Introduction: commodities and the politics of value. In Appadurai, A. (ed.) *The social life of things: Commodities in cultural perspective*, Cambridge University Press, 3-63.

Augé, M. 2003. *El tiempo en ruínas*, Editorial Gedisa, Barcelona.

Augé, M. 2005. *Les ruines nous font saisir le temps pur*, [online], entrevista feita por Guy Belzane. SCÉRÉN - CNDP. Disponível:

http://www.webletters.net/ar/articles/6_46_157_inter887-68728.htm, [consultado a 27 de Maio de 2011].

Azevedo, L.C. 2006. *Análise de material cerâmico das Estruturas A, B, C e D localizadas no exterior do recinto murado do “Monumento” de Castelo Velho de Freixo de Numão - Vila Nova de Foz Côa*, Dissertação de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Baptista, L. 2003. *A cerâmica do interior do recinto de Castelo Velho de Freixo de Numão: contributos para a interpretação de contextos de uso*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Baptista, L. & Gomes, S. & Jorge, S. O. & Jorge, V. O. & Cardoso, J. M. & Oliveira, M. & Pereira, L. S. & Vale, A. M. & Velho, G. L & Vieira, A. 2007. Uma história de dois vizinhos ao longo de dezassete anos: Castelo Velho e Castanheiro do Vento (1989-2006). *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, 1, 120-136.

Binford, L.R. 1962. Archaeology as Anthropology, *American Antiquity*, 28 (2), 217-225.

Binford, L.R. 1968. Comments on Historical versus Processual Archaeology. *Southwestern Journal of Anthropology*, 24 (3), 267-275.

Botelho, I.T. 1996. *Dos cacos e dos vasos: O “Castelo Velho” de Freixo de Numão, na charneira do IIIº/IIº mil. A.C. – contributo para o estudo da cerâmica pré-histórica de Castelo Velho*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Breglia, L. 2006. *Monumental Ambivalence: The Politics of Heritage*, University of Texas Press, Estados Unidos da América.

Burgin, V. 2009. Monument and Melancholia. In Staiger, U. & Steiner H. & Webber, A. (edts.) *Memory culture and the contemporary city: building sites*. Palgrave Macmillan, 17-31.

Cardoso, J. C. M. 1996. *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continuidades e descontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Cardoso, J. C. M. 2007. *Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa) – Um recinto monumental do IIIº e IIº milénio a.C: Problemática do sítio e das suas estruturas à escala regional*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Catroga, F. 2009. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*, Almedia, Portugal.

Costa, A. I. O. 2006. *Em torno das arquiteturas do sítio de Castelo Velho, Freixo de Numão*, Dissertação de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Cruz, M. D. G. 1993. *Significado social da cerâmica doméstica: Fundamentos para uma classificação tipológica da cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Cumberpatch, C. G. 2000. People, Things and Archaeological Knowledge: An Exploration of the Significance of Fetishism in Archaeology, *Assemblage* [online], 5, 37-64. Disponível:

<https://assemblagejournal.files.wordpress.com/2017/05/cumberpatch-2000-people-things-and-archaeological-knowledge.pdf>, [consultado a 24 de Maio 2018]

Ferreira, Á. 2007. *Análise dos fragmentos cerâmicos do Torreão 2 de Castelo Velho de Freixo de Numão: Estudo comparado dos fragmentos cerâmicos das estruturas da Plataforma 1*, Dissertação de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Ferreira, J. A. 2009. Melancholy and loss: The desire of approaching the past. Thinking through the archaeological images. *Journal of Iberian Archaeology*, 12, 55-62.

Foucault, M. 1967. *Des espaces autres*. Conférence au Cercle d'études architecturales [online]. Disponível: <http://foucault.info/documents/heteroTopia/foucault.heteroTopia.fr.html>. [consultado a 31 de Janeiro 2011].

Foucault, M. 2000. *O que é um autor?*, Vega, Coleção Passagens, Portugal.

Gomes, S. 2003. *Contributos para o estudo dos "pesos de tear" de Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N. Foz Côa): Exercícios de interpretação do registo arqueológico*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Gosden, C. & Marshall, Y., 1999. The cultural biography of objects. *World Archaeology*, 31 (2), 169-178.

Guillaume, M. [1980] 2003. *A Política do Património*, Campo das Letras, Porto.

Hladik, M. 2010. *Habiter le temps, ou la poétique des ruines* [online]. Disponível: <https://core.ac.uk/download/pdf/143632869.pdf>, [consultado a 22 de Maio 2011].

Hodder, I. 1985. Postprocessual Archaeology. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 8, 1-26.

Hodder, I. 1992. *Theory and Practice in Archaeology*. [e-book] Routledge.

Hoskins, J. 1998. *Biographical objects: How things tell the stories of people's lives*. [e-book] Routledge.

Jorge, S. O. 1993. O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, *Actas do 1 Congresso de Arqueologia Peninsular*, 33 (1), 179-216.

Jorge, S. O. [1994] 1998. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular. In Jorge, S. & Jorge, V., *Arqueologia: percursos e interrogações*, 69-150.

Jorge, S. O. [1998] 2005. Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 89-110.

Jorge, S. O. [2002] 2005. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*. Edições Afrontamento, 121-153.

Jorge, S. O. [2002] 2005. Notas sobre a relação entre a estratégia arqueológica e a interpretação de um recinto monumental pré-histórico. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 155-162.

Jorge, S. O. [2002] 2005. A musealização e valorização de sítios arqueológicos: o caso de Castelo Velho de Freixo de Numão. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 111-119.

Jorge, S. O. [2003] 2005. Dos «povoados fortificados» aos «monumentos». In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 163-168.

Jorge, S. O. [2003] 2005. Pensar o espaço da Pré-História recente: a propósito dos recintos murados de Península Ibérica. In Jorge, S.O. (ed.) *O Passado é Redondo. Dialogando com os sentidos dos primeiros recintos monumentais*, Edições Afrontamento, 169-202.

Jorge, S. O. & Jorge, V. O & Cardoso, J. M. & Pereira, L. S. & Coixão, A. S. 2005. Preliminary considerations on forms of spatial organization and construction techniques in late prehistoric sites (Chalcolithic/Bronze Age) of the type of Castelo Velho and Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – Resemblances and differences in comparison with megalithic and similar constructions. *Journal of Iberian Archaeology*, 7, 101-124.

Jorge, S. O. & Baptista, L. & Gomes, L. & Oliveira, M. L. & Varela, J. M & Velho, G. 2007. A construção de um sítio arqueológico: Castelo Velho de Freixo de Numão. *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Centro de Estudos de Património, Universidade do Algarve, 77-80.

Jorge, V. O. 2003. *Olhar o mundo como arqueólogo*, Quarteto Editora, Coimbra.

Jorge, V. O. 2011. *A propósito de uma workshop próxima – algumas reflexões “espontâneas”, improvisadas e genéricas*. Entrada no dia 22 de Janeiro de 2011, Blog Trans-Ferir. Disponível: <http://transferir.blogspotcom/2011/01/proposito-de-uma-workshop-proxima.html>, [consultado a 27 de Janeiro 2011]

Knight, K. 2017. Placeless places: resolving the paradox of Foucault's heterotopia. *Textual Practice*, 31 (1), 141-158.

Kopytoff, I. 1986. The cultural biography of things: commodization as process. In Appadurai, A. (ed.). *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. [e-book] Cambridge University Press, 64-94.

Lacroix, S. 2008. *Ruine*. Paris: Éditions de la Villette, N°15 - Passage.

Lucas, G. 2001. Destruction and the Rhetoric of Excavation. *Norwegian Archaeological Review*, 34 (1), 35-46.

Lucas, G. 2005. *The Archaeology of Time*, Routledge.

Miller, D. 1987. *Material Culture and Mass Consumption*, Basil Blackwell, Estados Unidos da América.

Neto, D. 2007. *Estudo dos fragmentos cerâmicos da Estrutura D de Castelo Velho de Freixo de Numão*, Dissertação de Seminário de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Oliveira, M. L. C. 2003. *Primeiras intervenções arquitectónicas no Castelo Velho de Freixo de Numão (V.N de Foz Côa)*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Oosterbeek, L. 2005. Arqueologia e Identidades: A torre de marfim na encruzilhada. *Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, 2 (3), 37-45.

Pearson, M. & Thomas, J. 1994. Theatre/ Archaeology. *Drama Review*, 38 (4), 133-161.

Pearson, M. & Shanks, M. 2005. *Theatre/archaeology*, Routledge.

Pereira, L. R. F. S. 1999. *As cerâmicas "Cogeces" de Castelo Velho, Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): seu enquadramento Peninsular*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Price, N. P. S. [1990] 2004. Conservation and information in the display of prehistoric sites. In Gathercole, P. & Lowenthal, D. (eds.) *The Politics of the Past*. [ebook] Routledge, 284-290.

Ricoeur, P. 1984. *The reality of the Historical Past*. [e-book] Milwaukee: Marquette University Press.

Ricoeur, P. 1987. *Teoria da interpretação*, Edições 70, Lisboa.

Shanks, M. 1992. *Experiencing the past: on the character of archaeology*. [e-book] Routledge.

Shanks, M. 2007. Post processual archaeology and after. In Chippindale, C. & Maschner, H. (eds) *Handbook of Archaeological Method and Theory*. Walnut Creek: Altamira, 133-144.

Silva, C. M. C. 1996. *O povoado pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão no quadro do povoamento da 2ª metade do III milénio a.C. / 1ª metade do II Milénio a.C., no concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Porto: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Simmel, G. 1958. Two Essays. *The Hudson Review*, 11 (3), 371-385.

Smith, L. 2006. *The Uses of Heritage*. [e-book] Routledge.

Stoler, A. L. 2008. Reflections on Ruins and Ruination. *Cultural Anthropology*, 23 (2), 191-219.

Thomas, J. 2002. *Understanding the Neolithic*. [e-book] Routledge

Trigger, B. [1996] 2009. *A History of Archaeological Thought*. Cambridge University Press.

Varela, J. M. 2000. *As cerâmicas do Bronze Inicial e Médio do Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): Tradição e inovação na transição do IIIº para o IIº milénio a.C.*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Velho, G. 2009. *Castelo Velho, a Natureza e o Tempo: questões relativas à Re-construção de um lugar*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Woodall, J. 1972. *An introduction to modern archeology*. Cambridge (Estados Unidos da America): Schenkman.

Yarrow, T. 2008. In Context: Meaning, Materiality and Agency in the Process of Archaeological Recording. In Knappett, C.; Malafouris, L. (eds.) *Material Agency. Towards a Non-Anthropocentric Approach*. [e-book] Springer.